

Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo¹

por

Sandra Lima Coelho²

1. As formas de democracia representativa, associativismo e a emergência de movimentos sociais

António Teixeira Fernandes define a *democracia* como “um regime político que, sendo poder do povo exercido pelo povo, nunca atinge a sua total realização” (2004: 35). O autor sustenta que o sistema político, enquanto regime, pode ser democrático, o que não leva, necessariamente, a que a sociedade seja, também ela, democrática. Não existe uma correlação directa, uma correspondência, entre os dois conceitos. Tal acontecimento ocorre porque a divisão de poderes existe de um modo estritamente formal, não se vislumbrando qualquer teor de cariz prático. Desta forma, o regime deixa de ser democrático. As condições propícias à existência de uma democracia passam por uma divisão de poderes e, simultaneamente, por uma distinção clara entre o Estado e a sociedade civil. Esta distinção revela-se fundamental à vivência democrática. Para Anthony Giddens, o conceito de democracia remete para “um sistema que envolve competição efectiva entre partidos políticos que querem ocupar posições de poder” (2005: 70). Por seu turno, Teixeira Fernandes afirma que um regime político é tanto mais democrático quanto mais o poder se encontra distribuído ou disseminado na sociedade: “a democracia é poder do povo partilhado entre o povo” (2004: 35). Ou seja, não é possível existir democracia sem participação directa do povo. E a verdade é que, actualmente, assistimos a uma alienação política por parte das populações, que se sentem eminentemente distanciadas face ao poder político. É urgente envolver as

¹ O presente texto tem por base parte dos resultados de uma investigação que teve como objecto de estudo uma associação portuguesa de promoção de Comércio Justo, a Associação Reviravolta, e que foram apresentados sob a forma de comunicação na conferência *O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza*, no âmbito do “Fórum Associativismo”, em Santa Maria da Feira, a 31 Maio de 2008.

² Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e mestre pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

populações num processo de cidadania activa, de participação e envolvimento democráticos, uma vez que “uma sociedade verdadeiramente democrática é aquela que o é na sua lei e nas suas instituições, mas sobretudo na prática democrática do quotidiano dos indivíduos” (2004: 35).

A democracia representativa formal encontra-se, actualmente, a ser alvo de críticas a nível mundial, devido à crise que a assombra. Questiona-se o seu funcionamento e o papel nela desempenhado pelos partidos políticos. A crescente profissionalização da actividade política conduz a uma progressiva espoliação do poder por parte do povo, o que é contraditório. As minorias eleitas dominam, sem que haja uma efectiva participação popular. Deste modo, a democracia é inexistente. Esta será tanto mais forte quanto maior for a participação popular, o que não se verifica nos nossos dias.

Neste contexto, as actuais democracias debatem-se com desafios ao nível da “desafecção política” (Viegas, José Manuel, 2004: 1), na medida em que se pautam por um distanciamento face ao poder político. António Teixeira Fernandes defende que os actuais problemas políticos remetem para uma necessidade de aprofundar e propagar a democracia a todas as esferas da vida social, e não exclusivamente ao aspecto político. Ou seja, há que promover a participação social e política, envolvendo as instituições, associações e identidades no processo de desenvolvimento das sociedades democráticas.

Bouzas (2001: 8) sustenta que “a democracia em que vive a maioria das pessoas do mundo ocidental é, na generalidade dos casos, meramente formal, com eleições periódicas, em que os diversos partidos políticos em cena fazem promessas de bem-estar que, em muitos casos, acabam por desaparecer por entre a poeira do esquecimento”. O autor defende que quem faz funcionar a democracia são aqueles que acreditam na participação social, e que assim concretizam a sua cidadania, através de acções como o voluntariado. Efectivamente, uma sociedade democrática “só cresce em liberdade, participação e justiça quando os seus próprios cidadãos tomam consciência e tentam construir uma convivência mais humana” (idem, 2001: 8).

Como vimos, António Teixeira Fernandes considera que o problema da concentração de poder, aos níveis político e económico, constitui um dos principais obstáculos ao normal funcionamento da democracia. Para que esta situação seja superada com sucesso, urge actuar ao nível das instituições políticas, através da descentralização, e ao nível da sociedade civil, com o intuito de alcançar a participação, a inclusão social e política e a diminuição das desigualdades, sem as quais a democracia

não atinge a sua plenitude.

Já Manuel Villaverde Cabral considera que se reflectem na sociedade contemporânea “os mesmos princípios que gerem a reprodução alargada do capitalismo originário” (citado por Lopes, João Teixeira, 2004: 303). Contudo, certas dimensões intensificam-se como nunca antes havia acontecido: assistimos à emergência de novos estilos de vida, a processos de recomposição social, bem como às tensões com que se debatem estes fenómenos. Os estudos deste autor sobre a sociedade portuguesa dão conta de uma crescente distanciação entre vastas camadas da população e as elites políticas, “a par de uma desmobilização cognitiva, associada à permanência de formas estruturais de iliteracia, e ao acumular de défices de cidadania nas várias esferas sociais” (idem, 2004: 304).

Jean L. Cohen e Andrew Arato (1997) discutem o conceito de sociedade civil. Estes autores consideram a relevância da acção de actores colectivos, e definem sociedade civil como “uma esfera da interacção social entre economia e o Estado, composta acima de tudo das esferas íntimas (especialmente a família), a esfera de associações (principalmente associações voluntárias), movimentos sociais, e formas de comunicação pública” (idem: 9). Deste modo, a sociedade civil deixa de ser vista como uma rede de instituições, mas como um contexto e um produto de actores auto-constituídos. A este respeito, Avritzer (1994) sustenta que o conceito de sociedade civil aponta para formas modernas de solidariedade.

No início dos anos 90, o cenário da organização da sociedade civil amplia-se e diversifica-se. É neste contexto que emergem entidades denominadas de Terceiro Sector. Os sujeitos colectivos deste sector penetram em micro-espacos onde a acção dos agentes estatais não se consegue imiscuir. Actuam sobre as “maleitas sociais” existentes. Deste modo, esta parcela da sociedade civil exerce um papel de controlo social, fiscalizando as acções do poder público instituído.

Habermas (1987) defende que a esfera que engloba o Estado e o mercado é movida pela lógica de uma racionalidade experimental, ao passo que no mundo das interacções quotidianas, a que o autor se refere como o mundo da vida, impera a lógica da racionalidade comunicativa. Neste contexto, os movimentos sociais seriam a forma pela qual o mundo da vida procura reagir à invasão que o Estado e o mercado exercem sobre ele. Vieira (2001) sugere que a sociedade civil pode ser entendida apenas como “uma dimensão do mundo sociológico de normas, práticas, papéis, relações, competências ou um ângulo particular de olhar este mundo do ponto de vista da

construção de associações conscientes, vida associativa, auto-organização e comunicação organizada” (idem: 46).

Entre os actores da sociedade civil estão os movimentos sociais e as organizações não-governamentais, que lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania. Estas associações reúnem indivíduos interessados em efectivar a sua condição de cidadãos de uma forma activa, isto é, que pretendem agir e intervir na sociedade procurando, deste modo, transformá-la.

O processo contemporâneo de construção e acção política caracteriza-se, cada vez mais, pelo envolvimento de múltiplos agentes, e não se restringe, somente, às autoridades governamentais e seus representantes, isto é, às organizações governamentais. Surgem novos grupos sociais, de cariz empresarial, ou ainda organizações não-governamentais (ONG). Aliás, como salienta Melucci (1995), um traço marcante desta forma de acção colectiva é o seu desenvolvimento em espaços públicos independentes de instituições políticas, onde as práticas sociais são expostas de modo autónomo das organizações políticas. De facto, assistimos a um maior envolvimento de ONG e outros organismos na estruturação de políticas e na formação da opinião pública. Ou seja, as ONG são organizações publicamente envolvidas, na medida em que promovem a integração de indivíduos na vida local, e de grupos de cidadãos simplesmente preocupados com o estado da sociedade actual e que, face ao seu distanciamento relativamente ao poder local, se servem destas instituições para fazer ouvir a sua voz. Isto é, estas organizações surgem como uma forma de intervenção política por parte daqueles que se sentem desfasados do poder instaurado.

A formação de associações pode assumir-se como uma possibilidade efectiva de os grupos lutarem e afirmarem a sua identidade. As organizações de tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que constituem um pilar decisivo na construção de solidariedades, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania. As associações voluntárias, movidas por fins e metas que não se traduzem na obtenção de lucro, geralmente englobam, na sua estrutura, a presença de voluntários, que se mobilizam para concretizar fins sociais.

A participação social afirmou-se principalmente em França, nas décadas de 60 e 70, tanto na esfera do trabalho como na do lazer, quer ainda aos níveis do político. Este fenómeno materializou-se, essencialmente, na constituição de associações da mais

diversa índole. Esta crescente proliferação do movimento associativo passa a ser encarada como um indicador de democratização e maior participação na sociedade civil. Esta eclosão do movimento associativo está, também, relacionada com uma procura de identidade por parte dos grupos, que vêm neste tipo de instituições, como é o caso das associações, meios para mais facilmente alcançarem os seus objectivos.

O associativismo, tal como sucedeu com os novos movimentos sociais (NMS), que irromperam em meados da década de 70, conheceu um novo impulso nesta janela temporal, pautando-se por formas de agir muito próximas e até coincidentes com as dos NMS. A emergência do associativismo está intimamente relacionada com as condições sociais que brotaram com a sociedade industrial. Este novo associativismo caracteriza-se pela sua complexidade, heterogeneidade e pelo centramento em novos sectores da vida social.

Dominique Mehl (citada por Vilaça, 1993: 59) sustenta que o associativismo contribui para uma nova dinâmica política nas colectividades locais. O movimento associativo tem um papel específico na regulação social, responde a funções sociais particulares e ocupa um lugar original no sistema político-social. As associações assumem relevo em termos de reestruturação de redes de sociabilidade, que passa pela criação de novas formas de sociabilidade. Mehl (idem) refere que “o movimento associativo representa também o recipiente no qual são formados, identificados, desdobrados dos contrassistemas ideológicos, portadores de novos movimentos sociais, pondo em causa, pelas suas ideias e os seus combates, os valores da sociedade industrial para o movimento ecológico, da sociedade patriarcal para o movimento feminista” (idem, 1993: 60). As associações podem revestir-se de uma acção fundamental na mediação das relações entre o indivíduo e o Estado. Neste sentido, as associações voluntárias podem tornar-se um meio de integração dos indivíduos nas sociedades democráticas.

De acordo com Kellerhals (1974), as associações voluntárias, sem fins lucrativos, possuem uma divisão interna do trabalho, e regem-se por processos de decisão estipulados e codificados nos seus estatutos. Este autor considera que o advento do capitalismo industrial transformou as relações entre os indivíduos, o que os levou a constituir associações. No seu entender, as associações também funcionam como veículos de preenchimento de um certo vazio deixado pelos agentes primários de socialização, como a família. Também a celeridade da mudança social nas sociedades capitalistas industriais transporta novos problemas sociais que originam a formação de

associações. O autor cita Tocqueville, que entendia que, para que uma sociedade funcionasse, seria necessária a existência de uma ligação entre os indivíduos, que o Estado coordenasse e regulasse as suas acções (idem: 1974).

Émile Durkheim aponta para a necessidade, nas sociedades modernas, de novos mecanismos sociais que reforcem a solidariedade social. As associações voluntárias surgem como organizações naturais que fortalecem esta solidariedade. Para Durkheim, os indivíduos associam-se para defender os seus interesses, para comunicarem entre si. Segundo Durkheim, as associações distinguem três funções: reduzir a violência que Estado exerce sobre o indivíduo, promover a comunicação entre o Estado e os grupos sociais, funcionando como um intermediário nesta relação, e ainda conferir um determinado grau de racionalidade às representações colectivas (citado por Kellerhals: 1974).

Sendo assim, o associativismo parece desenvolver funções de capital importância ao nível do exercício da democracia, nomeadamente quanto à imposição de limites da influência do Estado e de promoção da participação cívica.

2. Democracia associativa e participação social

Aparentemente, o sistema de representação política vigente não é o mais apropriado para exprimir as disposições de todos os tipos de público, dada a sua heterogeneidade. Perante os novos desafios impostos por uma ordem social e económica em metamorfose global, os teóricos da democracia contrapõem variados modelos de participação social. Uma dessas propostas consiste em reforçar o papel das associações voluntárias, porque “estas irão, natural e inevitavelmente, curar a democracia moderna dos seus problemas mais urgentes” (Roßteutscher, 2000: 233). Efectivamente, este efeito curador atribuído à vida associativa está presente em variados níveis, desde o desenvolvimento de uma mais forte noção de comunidade, até taxas de participação política mais elevadas, o que possibilita uma mais profícua integração social.

O conceito de “democracia associativa” tem implícita a ideia de que a democracia está, funcional e normativamente, dependente de uma vida associativa intensa. As associações são uma pré-condição indeclinável do funcionamento da democracia, isto é, contribuem para o “bom funcionamento” da democracia. (idem: 234). A participação activa em associações concorre para a aquisição de virtudes e

competências democráticas, sendo por isso uma pré-condição necessária para a actividade política. No entanto, esta teoria não é consensual, e há autores que pressupõem precisamente o oposto: a integração em organizações promove paz social, mas induz à desmobilização política. No sentido inverso, autores como Verba enfatizam a aprendizagem de competências cívicas que incentivam à participação política. Deste modo, as instituições da sociedade civil funcionam como instituições de promoção da democracia. (Verba *et al*: 1995).

As associações representam interesses e, geralmente, são constituídas de forma espontânea. Cohen e Rogers (1992: 428) defendem que no estabelecimento de uma associação devem ser levados em conta critérios normativos. Estas instituições são, vulgarmente, organizações grandes e abrangentes, os seus líderes são poderosos, e munidas de meios de sanção sobre os seus membros. Há uma centralização da autoridade no processo decisório de grupo, e um forte relacionamento entre Estado e associação.

A esta teoria de democracia associativa subjaz um tipo de organização de cariz autoritário, burocrático e com falta de sensibilidade no que concerne à transmissão de competências cívicas e pelas baixas possibilidades internas de participação. Este género de estrutura está exposto a processos de individualização, e manifesta dificuldade em recrutar voluntários. Porém, um “novo” conceito de democracia associativa promove a ideia corporativa de constituição de grupos de interesse. Roßteutscher (2000: 237) sustenta que “a teoria da democracia associativa não é, na verdade, uma teoria democrática”. Por seu turno, Cohen e Rogers (1992: 430) contrapõem que o seu principal interesse é aumentar a competência governativa e melhorar os resultados económicos. Neste sentido, elaboram um modelo de governação complexo, em que as associações estão centralmente envolvidas em processos de decisão e execução nacionais, regionais e locais. Os autores sublinham o impacto cívico, deliberativo e gerador de solidariedade que o envolvimento associativo promove.

Hirst (1997) defende uma concepção de Estado como um organismo que não oferece serviços à comunidade a que assiste, ou fá-lo excepcionalmente. A sua teoria baseia-se na ideia de que uma sociedade com diferentes esteios, ou seja, “ambientalistas, feministas, comunidade étnica” (idem: 36) abasteceria “serviços em áreas como a saúde, a educação e os serviços de previdência” (idem: 36). No seu conceito de Estado está presente a noção de que este financia associações auto-

governadas de acordo com a sua pujança. Isto é, quantos mais associados a organização engloba, mais recursos financeiros lhe são destinados.

Hirst propõe, então, uma espécie de auto-governo, em que as associações são “o meio principal quer da governação democrática quer da organização da vida social” (1994: 25). Se o dinheiro atribuído a uma associação depende do seu número de associados, poucas serão as associações capazes de manter as suas estruturas de modo a fornecer os seus serviços de forma adequada. Hirst crê que as associações são intrinsecamente democráticas, e essenciais à existência das democracias. Por outro lado, há autores que sustentam que as associações minam a liberdade individual, e favorecem os processos de alienação. Hannah Arendt, por exemplo, defende que as associações “apolíticas” ameaçam a pureza e racionalidade da política. No seu entender, se os campos social e privado se tornarem políticos, a política transformar-se-á num “governo de administração” (Arendt, 1951: 203).

Embora se registem reduzidos níveis de participação geral, as associações obtêm impacto positivo na participação democrática e política. Efectivamente, parece existir um impacto sólido na organização social: os membros das associações são melhores democratas, têm mais informação sobre política, demonstram um maior interesse pelos assuntos públicos e são politicamente activos. As organizações voluntárias são um alicerce importante da democracia (Roßteutscher, 2000: 242). Tal confere a noção de que as pessoas socialmente activas tendem a ser, de igual modo, politicamente activas. Através da participação activa nas organizações sociais treinam-se competências cívicas e participativas. Porém, esta ideia não é prevalecente, na medida em que algumas pesquisas empíricas assim o comprovam: não parece haver uma relação causal entre a participação social e a política, não se confirmando o pressuposto segundo o qual as associações voluntárias seriam um campo de treino fértil para as capacidades participativas e para as virtudes cívicas (idem: 243).

Albert Meister (1972) encetou uma investigação sobre a participação em associações. Nesse estudo, o autor aborda aspectos como a participação dos voluntários. Refere que a participação dos voluntários, muitas vezes, não depende somente da sua vontade de agir, pois existem condicionantes que enformam o seu comportamento. Neste sentido, refere que participam numa associação aqueles que podem, o que os distingue daqueles que gostariam de fazê-lo e não desfrutam dessa possibilidade, ora por motivos económicos (normalmente, as associações cobram uma quota), ora por lhe

serem exigidas características específicas (físicas, psicológicas) que não possuem. O modo de acesso às associações pode, portanto, ser restrito.

Existem diversos tipos de associações. Meister (1972) avança alguns elementos que contribuem para as distinguir. A sua diferenciação efectua-se com base em variados critérios, como a sua dimensão. O número de elementos que forma a associação propicia alterações na estrutura e no funcionamento associativo, podendo surgir a necessidade de uma plataforma que faça uma ponte entre os vários membros da organização: a comunicação que se estabelece entre os elos da cadeia organizativa.

Um outro critério avançado por Meister (1972) é o recrutamento, no qual está patente o estatuto socioeconómico e socioprofissional que permite avaliar o estilo de participação. Também a idade e os recursos escolares podem influenciar a forma e o estilo de participação. A idade poderá ser um factor condicionante, pois interfere na dinâmica e actividade das associações.

A duração de uma associação é uma especificidade importante, na medida em que subsistem vários aspectos da sua estruturação que poderão influenciar a sua durabilidade. Ou seja, há associações que se distinguem umas das outras pela esperança de vida: ao passo que umas apresentam um fim anunciado, outras há que aparentam estender-se no tempo. A falta de clareza dos seus objectivos poderá fundamentar-se como um veículo para a extinção de uma associação. A função e a orientação nas acções levadas a cabo pelas associações também merecem uma nota de realce, consoante as funções se orientem numa vertente mais económica ou de solidariedade, ou adoptem uma estratégia de luta ou de apaziguamento. A ideologia e os valores subjacentes à associação também devem ser salientados.

Como vemos, há vários factores que podem distinguir as associações, o que significa que as associações não são todas iguais, bem pelo contrário: existem diversos tipos de associações, o que se traduz em várias formas jurídicas de designação de uma associação – cooperativas, organizações de voluntariado, associações sem fins lucrativos. Estas podem ser locais, regionais, nacionais e supranacionais. O modelo organizativo pode ser mais ou menos flexível, consoante o tipo de gestão que lhe é inerente.

3. Associativismo e participação social em Portugal

As organizações de tipo associativo podem constituir um eixo fundamental em qualquer política de desenvolvimento, na medida em que são um pilar decisivo na construção de solidariedades, são a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania.

Efectivamente, as colectividades assumem uma importância social, cultural, política e económica bastante significativa. Por não aceitar a filosofia consumista e economicista dominante, como forma de regular a actividade e a intervenção dos seus protagonistas no interior das sociedades, o movimento associativo ainda não viu devidamente reconhecido o contributo essencial que fornece, nem vislumbra nos poderes instituídos uma atitude que lhe permita aumentá-lo substancialmente. A predominância da mercantilização, que procura transformar tudo em lucro financeiro, desde os objectos de consumo às próprias relações que os indivíduos estabelecem entre si, é indissociável à penúria de meios e de condições de acção de que padece, actualmente, o movimento associativo. Assim como a falta de reconhecimento das funções sociais desempenhadas por este movimento.

A participação dos portugueses nas actividades associativas é bastante reduzida. A maior parte dos portugueses não pertence a nenhuma associação. Um estudo realizado em 1993 (*Portugal: valores europeus, identidade cultural*³) evidencia esta realidade. O aumento da participação social, em Portugal, ocorre após o 25 de Abril de 1974, em virtude do abrandamento da pressão social e política em que o país se encontrava submergido. Este incremento participativo relaciona-se, portanto, mais com um processo transitório democrático do que especificamente com questões mais direccionadas com a mudança de valores, atitudes e comportamentos (Cruz: 1995). Efectivamente, o regime autoritário deixou marcas indeléveis na sociedade portuguesa actual, visíveis na parca participação social.

Portugal detém o mais baixo índice de associativismo por habitante de toda a Europa (Carvalho, 2002: 7). Porém, apesar das dificuldades que envolvem a acção dos dirigentes, todas as estatísticas disponíveis demonstram que “logo após o 25 de Abril de 1974, o número de colectividades tem vindo constantemente a aumentar (...), sempre mantendo um balanço positivo entre aqueles que são criados e os que desaparecem.”

³ Estudo comparativo entre Portugal e o resto da Europa, Luís França (1993), *Portugal – Valores europeus, identidade cultural*, Lisboa, IED.

(idem: 7). Esta fraca expressão do associativismo em Portugal pode ser explicada por alguns factores como a tardia aquisição do direito de livre associação e as fragilidades da democratização do sistema político, e constitui um elemento indicador da debilidade da sociedade portuguesa em termos de *capital social*, entendido como um conjunto de normas – designadamente, a confiança social e reciprocidade generalizada – e de relações sociais, que permitem aos participantes agir concertadamente para atingir, com maior eficácia, objectivos comuns (Lehning *et al*: 1998).

Os defensores de um processo de democratização plena da sociedade, assente na participação dos cidadãos na resolução das crescentes dificuldades com que um grande número de pessoas se debate na sua vida quotidiana (de ordem social, cultural, económica, etc.), afirmam e lutam para que se reconheça a importância crescente do associativismo sob as suas diferentes formas, quer como elemento estruturante da vida comunitária, quer porque o seu impacto sobre a vida do cidadão e da colectividade em geral não cessa de aumentar (inclusivamente, do ponto de vista económico).

Trata-se de uma atitude de rejeição de um mundo marcado, cada vez de forma mais vincada, pelo individualismo, pela manutenção e consolidação de privilégios, pelas assimetrias do desenvolvimento, pela descrença na actividade dos políticos e pela ausência de um mínimo razoável de solidariedade impedida de se manifestar pela imposição implacável de critérios puramente economicistas.

Esta “crise do associativismo”, a manter-se, provocará o agravamento de muitos dos fenómenos negativos que caracterizam a nossa sociedade. Em grande medida, a sua resolução depende, por um lado, da liquidação da visão economicista hegemónica e, por outro, do apoio à intervenção sustentada a muitos milhares de cidadãos desejosos de fornecerem um trabalho voluntário, economicamente desinteressado e conscientemente assumido. Trabalho esse que deve ser entendido não como uma substituição da acção do Estado, mas como um factor essencial do desenvolvimento que a complementa, e que com ela estabelece uma relação dignificante para ambos, uma parceria dinâmica. A evolução desta “crise” dependerá, como é natural, das transformações sociais e da evolução política global dominante. Necessariamente, a colectividade assumirá um carácter de instrumento socialmente inovador, a partir de uma visão consistente e lúcida do significado e extensão da crise social.

O associativismo cultural e social continua a persistir como disposição fundamental para a dinâmica social do presente. O movimento associativo, através das suas diferentes estruturas, desempenha um papel insubstituível no contexto social

global, fornecendo um contributo essencial dirigido ao interesse geral. A associação actua para além do sector do trabalho possibilitando o investimento do tempo liberto em benefício de algo que, sendo pessoal, assume um carácter essencialmente colectivo, solidário e com capacidade sustentada de intervenção social, política, cultural, económica, e de coesão do tecido comunitário.

O associativismo contribui para a consolidação e dinamização do tecido social, e é um importante factor de transformação e inovação social. Assume-se como um local de experimentação de novas soluções. Reveste-se de uma forte contribuição económica, através do investimento humano voluntário, estruturando o segmento específico da economia social, desenvolvendo uma acção que, de outra forma, ficaria extremamente onerosa para a comunidade e, na prática, difícil de realizar. Envolve a integração de um vasto conjunto de actores, benévolo e profissionais, num projecto comum e de raiz social. O associativismo é particularmente favorável ao exercício da democracia, constituindo por isso um importante factor de construção da nova cidadania e definição da identidade local, e para a integração social e expressão cultural no exterior do sistema economicista dominante.

É essencial reconhecer a especificidade e a importância do associativismo, especialmente sob a sua forma cultural e recreativa, na medida em que o seu funcionamento assenta numa lógica que não pertence nem ao domínio mercantil, nem aos objectivos centrais da estratégia que o movimento associativo deve elaborar. Reveste-se de importância social, reconhecimento do valor da acção dos seus dirigentes, consciencialização plena da força social e política que possui e reestruturação inovadora da sua organização, coordenação de acções através da estruturação inovadora da sua organização, e pela coordenação de acções que elevem a voz dos seus projectos, actos e ideais.

4. O associativismo como sustentáculo do Comércio Justo

Normalmente, o conjunto de associações sem fins lucrativos é designado por Terceiro Sector, que remete para um campo em que as organizações não agem nem como Estado, nem como mercado, ainda que promovam actividades que se situam num limbo entre as duas instâncias, como a protecção de direitos humanos ou vigilância de políticas públicas. Por vezes, este sector agrega-se em parcerias (seja com o governo, com iniciativas privadas ou organizações de outros tipos), que têm como consequência

“ampliar e consolidar o espaço de prestação de serviços sociais (...) e consolidar espaço na defesa de direitos e acções *multiple advocacy*, operando em escala local/global, articulado em redes ancoradas em processos de mobilização social tendo como pontos de referência/confrontação/parceria as agências multilaterais e o Estado” (Carvalho, 1998: 90).

O associativismo reflecte as reivindicações dominantes, os processos de regulação social que podem estar adjacentes ao Estado, ao mercado ou à comunidade, isto é, entrosados nas formas presentes ou decorrentes de regulação da modernidade. Dada a sua multiplicidade, que pode ser apurada “na sua composição e dinâmica, este sector articula uma heterogeneidade de organizações voluntárias ou sem fins lucrativos, incluindo desde as associações comunitárias microlocais de entreaajuda, até organizações articuladas em redes globais actuantes no plano dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, na cooperação para o desenvolvimento, entre outras” (Carvalho, 1998: 83). Os NMS privilegiam, preponderantemente, cenários da esfera pública não estatal para ostentarem os seus objectivos e actividades, especialmente sob a forma de organizações associativas. As associações sem fins lucrativos parecem, portanto, sublinhar valores como a “solidariedade, a ética, a democratização da política, a defesa dos direitos das minorias e o estabelecimento de condições que desafiam a humanidade, como o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável” (idem, 1998: 85), e contribuem, desta forma, para um pluralismo cultural protagonizado pelos NMS. Estas especificidades pluralistas são, por vezes, acrescidas de formas fraccionadas e particularistas de acção e organização destas associações.

O conceito de Comércio Justo (CJ) remete para os direitos dos trabalhadores, que não raras vezes se encontram em situação de exclusão social em várias componentes da vida social, e também para a protecção do meio ambiente. Esta iniciativa da sociedade civil revela preocupações radicadas na participação em tomadas de decisão e funcionamento democrático, e as lojas que corporalizam este movimento são geridas por associações sem fins lucrativos e ONGD (organizações não governamentais de desenvolvimento). Neste tipo de comércio alternativo, são reduzidos os intermediários que intervêm na troca comercial, permitindo uma transição mais directa entre produtores e consumidores, e procura-se, deste modo, estabelecer uma maior proximidade entre estes dois elos fundamentais da cadeia comercial. Desta forma, assegura-se, igualmente, mais informação sobre os produtos que chegam ao consumidor, e também sobre quem os produz. De certa forma, este tipo de associações

também zela pelos interesses do consumidor, pela maior informação que possibilita sobre os produtos, e também pela similitude que revela com associações de protecção ambiental, na medida em que a protecção do meio ambiente é um dos princípios que subjaz ao CJ.

Dadas as suas especificidades, este movimento assenta numa forte base associativa, de cariz voluntário, as organizações que o sustentam são geridas por grupos que não se mobilizam por fins lucrativos. Efectivamente, a divulgação do CJ concretiza-se, essencialmente, em lojas que comercializam produtos oriundos dos países subdesenvolvidos do Sul do hemisfério. Porém, esta actividade comercial apresenta contornos singulares, uma vez que o seu objectivo não é a obtenção de lucro, mas sim a de integrar os pequenos produtores do Sul no circuito comercial internacional, proporcionando-lhes, deste modo, uma existência digna. Assim, o lucro proveniente das transacções comerciais realizadas nas lojas é reinvestido em todo o processo. Neste sentido, a existência do CJ só é possível através da acção de associações, cooperativas ou organizações não-governamentais. O movimento associativo e o CJ parecem, portanto, caminhar de mãos dadas, o que alimenta as muitas teorias generalizadas de que o associativismo acompanha e, na maioria das vezes, suporta os movimentos sociais. Neste sentido, é legítimo asseverar que um associativismo de novo tipo, resultante das condições propiciadas pelas sociedades contemporâneas, mais abrangente nas áreas sociais que abrange, pode reflectir a presença de NMS.

5. Activismo na Associação Reviravolta: a participação social numa organização promotora de Comércio Justo

A estrutura desta organização (cujo objectivo primacial reside em vender produtos oriundos daquela forma alternativa de comércio, assim como promover os seus princípios), enquanto organização com um modo de funcionamento assente numa actividade com um forte cariz comercial, mas também com uma componente de índole educacional, congrega e engloba a acção de pessoal contratado, ou seja, funcionários da organização, e também de voluntários. A funcionalidade da organização, portanto, é sobejamente orientada para a gestão e manutenção das duas lojas de que dispõe.

Actualmente, a AR integra três funcionárias, sendo que duas delas asseguram o funcionamento das lojas, e uma outra, encarregue de conferir viabilidade aos projectos

em que esta instituição se encontra inserida, embora também proporcione apoio às lojas, sempre que necessário.

As funcionárias usufruem de um descanso semanal de dois dias consecutivos que, regra geral, ocorre aos fins-de-semana. Contudo, as lojas mantêm-se abertas durante esse período, no qual o seu funcionamento é afeiçoado pelo corpo de voluntários de que a organização dispõe.

A Associação Reviravolta (AR) é uma organização que assenta numa base de voluntariado larga, que permite que a instituição leve a cabo muitas das suas actividades. Para além de se apoiar numa base associativa, o CJ tem também no voluntariado um dos pilares da sua estrutura. Os voluntários deste organismo são, actualmente, cerca de cinquenta (este número inclui, também, o corpo dirigente da estrutura), um número que faz da AR a organização de CJ portuguesa com mais voluntários. Inicialmente, a AR dispunha apenas de cerca de quinze pessoas que exerciam voluntariado. O crescente número de voluntários da associação é sintomático da sua importância no crescimento, desenvolvimento e consolidação da mesma. Porém, o número constante na lista de voluntários não corresponde, efectivamente, ao número que realmente desempenha uma actividade regular na AR. De facto, são cerca de vinte os que participam habitualmente nas práticas da organização, embora na lista de voluntários à qual acedemos constem cinquenta nomes. Os restantes dão uma contribuição meramente esporádica, pontual, de acordo com o tempo livre de que dispõem para dedicar à vida da Associação.

José Madureira Pinto (2002) advoga que uma das soluções que as ciências sociais mais frequentemente utilizam para operacionalizar as suas hipóteses interpretativas reside na construção de tipologias em que se cruzam atributos essenciais. De forma a melhor perceber a dinâmica da organização, bem como o nível de participação social de cidadãos que regista, estabeleci três tipologias de voluntários, consoante o seu grau de intervenção no quotidiano da organização.

Assim, é possível destringir três grupos distintos de voluntários, que tipifiquei em três categorias: *voluntários activos*, *voluntários passivos* e *voluntários hiperactivos*, sendo que os *voluntários activos* são aqueles que concretizam, pelo menos uma vez por mês, um turno numa das lojas (embora a realização de, no mínimo, dois turnos mensais seja uma condição “exigida” pela organização, mas com poucos efeitos no nível prático, uma vez que uma considerável fatia do corpo voluntário não executa, sequer, um turno mensal nas lojas, e a larga maioria restringe-se a levar a cabo um turno por mês) e os

voluntários passivos aqueles que correspondem, pontualmente, a determinadas solicitações da Associação, não exercendo, no entanto, uma actividade regular na mesma, como a realização de um turno mensal numa das lojas. Relativamente aos *voluntários hiperactivos*, neste grupo incluem-se aqueles cujo empenho extrapola os dois turnos mensais “obrigatórios”, quer porque realizam mais do que dois turnos mensalmente, quer porque participam regularmente em vários outros eventos promovidos pela AR.

Nesta instituição, os voluntários e funcionárias são fulcrais, a sua acção é indispensável à sua manutenção, sobrevivência e continuidade no tempo. Só através da acção destes elementos a AR continua a perdurar. Os voluntários desempenham um papel verdadeiramente fundamental numa associação que vive da sua boa-vontade. Na medida em que não dispõe de efectivos suficientes para levar a cabo todas as tarefas e acções que a suportam, a AR subsiste no limbo, sempre dependente da (in)disponibilidade do seu contingente voluntário. Neste campo, as dificuldades que a atravessa são imensas, pois a falta de recursos humanos remunerados e as suas carências financeiras ditam esta relação de dependência de um trabalho que nem sempre é exercido de uma forma regular. Proliferam os *voluntários passivos*, em contraposição ao reduzido número de *voluntários hiperactivos*, muito motivados e extremamente participativos. A AR perdura, portanto, ao sabor do vento: ora muito bem quando os voluntários se encontram mais disponíveis e motivados, ora passando muito mal quando estes não aderem às solicitações que recebem por parte da organização. Deste modo, o futuro desta associação ainda não se encontra consolidado, e um lugar ao sol no panorama de consumo, em Portugal, vislumbra-se, ainda, como um longo caminho a percorrer.

Bibliografia:

Arendt, Hannah (1951), *The Origins of Totalitarianism*, New York, Harcourt, Brace.

Avritzer, Leonardo (1994), *Sociedade Civil e Democratização*, Belo Horizonte, Editora Del Rey.

Bouzas, Miguel Angel Mesa (2001) e Grupo Herramientas Nueve, *O que é o voluntariado*, Paulinas.

Carvalho A. Melo de (2002), *Associativismo, inovação social e desenvolvimento*, Algés, Confederação do Desporto de Portugal.

Carvalho, Maria do Carmo (1998), “Sociedade Civil, Estado e Terceiro Setor”, *São Paulo em Perspectiva*, 12(4), pp. 83-91.

Cohen, Jean L. (1997) e Andrew Arato, *Civil Society and Political Theory*, MIT Press, Cambridge, Massachusetts and London.

Cohen, Joshua, e Joel Rogers (1992), “Secondary associations and democratic governance”, *Politics & Society*, 20/4.

Cruz, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand Editora.

Fernandes, António Teixeira (2004), “Democracia, Descentralização e Cidadania”, in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editores.

Giddens, Anthony (2005), *O Mundo na Era da Globalização*, , 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

Habermas, Jürgen (1987), *Théorie de l’agir communicationnel*, vol. 2, Paris, Fayard.

Hirst, Paul (1997), *From Statism to Pluralism: Democracy, Civil Society and Global Politics*, London, UCL Press.

Hirst, Paul (1994). *Associative Democracy. New Forms of Economic and Social Governance*, Amherst, The University of Massachusetts Press.

Kellerhals, Jean (1974), *Les Associations dans L’Enjeu Démocratique – Étude Sur la ParticipTION AUX Groupements Organizes*, Lausanne, Payot Lausanne.

Lehning, P. (1998), “Vers une société civile multiculturelle : le rôle du capital social et la citoyenneté démocratique “, in A.Bernard, H.Helmich & P.Lehning (eds), *La société civile et le développement international*, Centre de développement, Paris, OCDE.

- Lopes, João Teixeira (2004), “Política do vivido e acção política”, in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editores.
- Meister, Albert (1972), *La Participation dans les Associations*, Paris, Éditions Économie e Humanisme les Éditions Ouvrières.
- Melucci, Alberto (1995), “The New Social Movements Revisited: Reflections on a Sociological Misunderstanding”, in Louis Maheu (org.), *Social Movements and Social Classes – The Future of Collective Action*, London, Sage Publicationns, pp. 107-119.
- Pinto, José Madureira (2002), “Factores de Sucesso/Insucesso”, in CNE, *Sucesso e Insucesso no Superior Português*, Lisboa, CNE.
- Roßteutscher, Sigrid (2000), “Democracia associativa: as instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?”, in Viegas, José Manuel Leite e Dias, Eduardo Costa (orgs) (2000) *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editores.
- Verba, Sidney (1995), Kay Lehman Schlozman e Henry E. Brady, *Voice and Equality. Civic Voluntarism in American Politics*, Cambridge, Harvard University Press.
- Viegas, José Manuel Leite (2004), “Problemas e Perspectivas de Mudança das Democracias”, in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editores.
- Vieira, Liszt (2001), *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*, Rio de Janeiro, Recordo.
- Vilaça, Helena (1993), “Território e identidades na problemática dos movimentos sociais”, *Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 3.